UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

THALITA CRISTINA ALEGRI

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO DA ONU A PARTIR DAS AÇÕES DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL: UMA AVALIAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - DR/SC

Florianópolis

2007

THALITA CRISTINA ALEGRI

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO DA ONU A PARTIR DAS AÇÕES DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL: UMA AVALIAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - DR/SC

Relatório de estágio apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito para a obtenção do grau.

Orientador: Prof. Msc. Rogério Santos da Costa

Florianópolis

2007

THALITA CRISTINA ALEGRI

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO DA ONU A PARTIR DAS AÇÕES DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL: UMA AVALIAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - DR/SC

Este relatório de estágio foi julgado adequado à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de novembro de 2007.

_____

Profº e Orientador Rogério Santos da Costa, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Prof. André Luís da Silva Leite, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Profª Morgana Aparecida de Matos, Msc.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre com muito sacrifício não deixaram que me faltasse nada. Se hoje posso com muita felicidade, emoção e orgulho oferecer esta produção, é graças a vocês.

AGRADECIMENTOS

Eu primeiramente devo agradecer a Deus, que me permite hoje estar aqui realizando este sonho e que nunca, por mais difícil que tenha sido a minha trajetória, me deixou sozinha.

Agradeço com todas as forças de meu coração aos meus pais que me conceberam e que sempre com muito esforço, dedicação e amor proporcionaram a minha vida tantas maravilhas. Com muita gratidão, respeito e emoção a vocês eu agradeço. Toda a educação, os valores e os princípios que me ensinaram serão recordados por mim por toda a minha existência. Vocês são a minha fortaleza. Tudo o que hoje sou devo a vocês, queridos pais. Muito Obrigada.

Agradeço a minha irmã que é, acima de tudo, minha companheira, minha cúmplice, minha amiga. Entendo que muitas vezes em função da nossa batalha diária não passamos juntas o período de tempo que gostaríamos, mas sabemos da imensidão do nosso amor e da torcida que movemos uma pela outra idealizando o nosso sucesso. Calise, por todo o seu apoio, sua compreensão para comigo, suas benfeitorias e zelo eu te agradeço amada irmã.

Aos meus colegas de trabalho Everaldo, Antônio e Cláudio pela compreensão e por todo o auxílio que me prestaram, seja com atos ou com suas palavras de conforto.

Aos meus colegas universitários por terem proporcionado a mim estes quatro anos de companheirismo, alegria, trabalho em equipe e de amizade. Agradeço individualmente a cada um de vocês que marcaram este período único e tão emocionante que juntos cursamos. Estejam vocês perto ou distante de mim neste momento, meus agradecimentos são os mais sinceros.

Agradeço as minhas amigas que entenderam a minha ausência por conseqüência da preparação deste trabalho e que também são responsáveis por ele. Thais (Chera), Analu, Natália, Priscila, Anne, Monica e Carina.

A minha Paixão, alguém muito especial que foi além de um vetor motivador quem sempre me incentivou a lutar incansavelmente pelo alcance dos meus objetivos.

A todos os colaboradores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pela disponibilidade e presteza na realização deste estudo, em especial à querida

Mariângela, Cristiane, Arthur e Siciliano.

Ao meu admirável orientador, Prof. Msc. Rogério Santos da Costa, que sempre com muita dedicação, respeito e compreensão auxiliou-me e acreditou no meu potencial, e que hoje é para mim uma referência de competência e generosidade.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a concretização deste sonho.

“O importante é estar pronto para, a qualquer momento, sacrificar o que somos pelo que podemos ser”. (Charles Du Bois)

RESUMO

Este trabalho busca apresentar o histórico e a atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), representante do Brasil na União Postal Universal (UPU), mais precisamente a atuação da Diretoria Regional de Santa Catarina (DR/SC). Serão apresentadas as ações da ECT/DR/SC para o alcance do ODM-6 que é o objetivo. Em seguida será apresentada a contribuição da UPU neste contexto; a ECT composta também por seu histórico e participação, além da sua atuação em nível nacional e principalmente a sua participação e iniciativas na DR/SC. Vale destacar a abordagem da introdução, na qual será evidenciada a problemática deste estudo. Esses capítulos permitirão expor a realidade da efetiva atuação da ECT-DR/SC que possibilita desenvolver resultados em âmbito mundial para alcançar os objetivos deste organismo chamado União Postal Universal.

Palavras-chave: Organizações Internacionais; Agências Especializadas; União Postal Universal; ECT; DR/SC; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

ABSTRACT

This work consists of presenting the description and the performance of the Brazilian Post Offices (ECT), that represents Brazil in the Universal Postal Union (UPU). More necessarily the performance of the Regional Directory of Santa Catarina (DR/SC). The actions of the ECT/DR/SC for the reach of the ODM-6 will be presented that is the objective. After that the contribution of the UPU in this context will be presented; the composed ECT also for its description and participation, beyond its performance in national level and mainly its participation and initiatives in the DR/SC. Valley to detach the boarding of the introduction, where the problematic one of this study will be evidenced. These chapters will allow to display the reality of the effective performance of the ECT-DR/SC that it makes possible to develop resulted in world-wide scope to reach the objectives of this called organism Universal Postal Union.

Key words: International Organizations; Specialized Agencies; Universal Postal Union; ECT; DR/SC; Millennium Development Goals.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Tabela 1 – Objetivos, Metas e Indicadores (ODM)..... 35
Quadro 1 – Resultados das Campanhas Prevenção AIDS – ECT/DR/SC..... 54
Figura 01 – Organograma da Empresa (ECT)..... 48

LISTA DE SIGLAS

AC - Administração Central
ACDH - Alto Comissariado para Direitos Humanos
ADP - Ajuda Pública para o Desenvolvimento
ARINT - Assessoria de Relações Internacionais
CA - Conselho Administrativo
CAC - Comitê Administrativo de Coordenação
CES - Conselho Econômico e Social
CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CIJ - Corte Internacional de Justiça
COP - Conselho de Operações Postais
DR - Diretoria Regional
DR/SC - Diretoria Regional de Santa Catarina
DST - Doença Sexualmente Transmissível
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
GEREC - Gerência de Recursos Humanos
INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal
OACI - Organização de Aviação Civil Internacional
OCDE - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento para Serviços Sociais Básicos
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OI - Organizações Internacionais
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPME - Países Pobres Muito Endividados
REOP - Região Operacional
SDN - Sociedade das Nações
UIT - União Internacional de Telecomunicações
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNICO - Universidade Corporativa dos Correios
UPU - União Postal Universal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....12
1.1 OBJETIVOS..... 12
1.1.1 Objetivo Geral.....13
1.1.2 Objetivos Específicos.....13
1.2 JUSTIFICATIVAS.....13
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 14
1.3.1 Tipo de pesquisa.....14
1.3.2 Caracterização da pesquisa.....15
1.3.3 Coleta de dados..... 15
1.3.4 Tratamento e análise de dados.....16
1.3.5 Universo de Análise.....16
1.3.6 Delimitação da Pesquisa.....17
1.3.7 Limitações da Pesquisa..... 17

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... 18
2.1 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....18
2.2 AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).....21
2.3 A UNIÃO POSTAL UNIVERSAL – UPU..... 23
2.3.1 Generalidades..... 24
2.3.2 Características normativas e orgânicas.....26
2.4 A PRESENÇA E O PAPEL DO BRASIL NA UPU.....28
2.4.1 Os projetos..... 29

3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO - ODM..... 31
3.1 ODM 32
3.1.1 Erradicar a extrema pobreza e a fome..... 32
3.1.2 Atingir o ensino básico universal.....33
3.1.3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres..... 33

3.1.4 Reduzir a mortalidade infantil.....34
3.1.5 Melhorar a saúde materna.....34
3.1.6 Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças..... 34
3.1.7 Garantir a sustentabilidade ambiental.....35
3.1.8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.....35
3.2 AS INICIATIVAS DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS ODM.....39
3.2.1 As Iniciativas do Brasil em relação ao ODM 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.....41
3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA UPU.....45
3.3.1 A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.....46
3.3.1.1 Histórico Institucional..... 46
3.3.1.2 A Atuação da ECT..... 49
3.4 A PARTICIPAÇÃO E INICIATIVAS DA ECT DR/SC..... 50
3.4.1 Os Resultados.....54

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....56
4.1 RECOMENDAÇÕES.....58

REFERÊNCIAS..... 60

1 INTRODUÇÃO

À medida que as sociedades se tornaram mais complexas, aumentou a demanda por serviços específicos. Dentre as competências dos Estados, a criação de uma infra-estrutura necessária para o desenvolvimento adquiriu papel de destaque. Com o aumento das relações entre os Estados e suas sociedades, e por este fenômeno ter sido repercutido internacionalmente, os governos nacionais começaram a se engajar na coordenação de atividades econômicas e sociais, e estas relações deram início às primeiras Organizações Internacionais.

Inicialmente, o presente estudo busca apresentar um panorama das Organizações Internacionais. Num segundo momento, serão apontadas as Agências Especializadas da ONU com suas características e definições. Conseqüentemente, será abordada a instituição União Postal Universal (UPU) com sua estrutura, funcionalidade e competências. Seqüencialmente, será referenciada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e a sua atuação na UPU para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Este estudo científico procura apresentar principalmente a participação, contribuição e compromisso da ECT em alcançar tais objetivos de âmbito governamental que muitas vezes são desconhecidos e/ou passam despercebidos pela população. Além de proporcionar uma análise específica que permite avaliar as ações executadas pela ECT/DR/SC em torno do ODM-6 que vão de encontro ao alcance desses objetivos definidos pela ONU e acolhidos pela União Postal Universal.

Com base neste contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as ações executadas pela ECT da DR/SC para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio-6 definidos pela ONU?

1.1 OBJETIVOS

Segundo Gil (1991), “O desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica varia em função de seus objetivos. Convém, portanto, que estes estejam claramente

estabelecidos a fim de que as fases posteriores da pesquisa se processem de maneira satisfatória".

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar as ações executadas pela ECT da DR/SC para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - 6 definidos pela ONU.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Verificar o papel das Organizações Internacionais no desenvolvimento mundial, com ênfase no sistema das Nações Unidas;
b) Compreender a relação da ECT com a União Postal Universal;
c) Verificar as atividades da ECT que possibilitam executar ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
d) Identificar as ações da ECT/DR/SC no cumprimento do ODM-6;

1.2 JUSTIFICATIVAS

Para Rauen, (2002), "A justificativa é uma redação que visa a demonstrar ao leitor os aspectos de relevância do trabalho".

Este estudo é de grande relevância teórica, pois disponibilizará à Universidade um trabalho que servirá como referencial para acadêmicos que optarem por realizar os seus trabalhos na área das Organizações Internacionais, bem como poderá incentivar a confecção de outros trabalhos que possam

complementar este estudo.

Segundo Gil (2002) a realização de uma pesquisa pode se dar por ordem prática ou intelectual. Neste caso, o anseio de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz (prática) é aplicado para a organização em estudo, bem como o processo de conhecer por si só (intelectual) é importante ao aluno redator do projeto para agregação de conhecimento e experiência.

Assim, este estudo é importante, aceitável e viável para avaliar a aplicabilidade dos conceitos e práticas dentro das atividades da instituição. A importância de desenvolver este estudo pretende despertar na empresa uma consciência de análise e avaliação das ações do hoje que proporcionarão resultados de grande amplitude no futuro e quem sabe aperfeiçoá-las.

Quanto à viabilidade, o estudo mostra-se possível, uma vez que a competência do autor, a disponibilidade e acesso às informações a respeito do tema foram todos acatados.

Em função de a acadêmica desempenhar atividade em uma das instituições de estudo (neste caso a ECT), todas as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho foram obtidas através de materiais e outras informações a si disponibilizados pela organização.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.3.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho apresenta como classificação da pesquisa do tipo aplicada. Para Ruiz (2002, p. 50), a pesquisa aplicada “toma certas leis ou teorias mais amplas como ponto de partida, e tem por objetivo investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos”. Além disto, ele também pode ser caracterizado como um estudo de caso, uma vez que se pretende identificar as ações da ECT da DR/SC como parte dos objetivos do milênio da ONU.

1.3.2 Caracterização da pesquisa

No que remete ao objetivo, este estudo é explicativo-descritivo. De acordo com Gil (1991, p.46), pesquisas explicativas “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” E “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. (GIL, 1991).

Para Gil (1991, p.48), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Dados secundários.

As fontes bibliográficas utilizadas para este estudo foram livros, publicações e impressos diversos. As fontes documentais envolvem documentos conservados nos arquivos das instituições estudadas, como relatórios de pesquisa, boletins, ofícios e relatórios estatísticos que após analisados tiveram seus resultados mencionados no presente trabalho.

1.3.3 Coleta de dados

Na coleta de dados, foram utilizados dados secundários, por meio de busca bibliográfica, além de serem coletadas junto às instituições estudadas – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que representa o Brasil internacionalmente nos assuntos postais perante a União Postal Universal, e esta, por sua vez, compõem as Agências Especializadas da ONU, que atuam para fins específicos sob os interesses da ONU, informações relevantes que constavam em seu banco de dados, fundamentando-se também em pesquisas elaboradas em documentos, livros e rede mundial de computadores, os quais serão apresentados, analisados e interpretados de forma explicativa.

Para o presente estudo, optou-se por explorar de forma minuciosa o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio–6 (ODM-6) que se trata do combate ao HIV/AIDS, a malária e outras doenças. Esta escolha foi feita, pois na empresa estudada há maior

disponibilidade de informações sobre este ODM para compreender uma delimitação factível com o tempo e em virtude da complexidade dos assuntos pertencentes ao tema Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

1.3.4 Tratamento e análise de dados

Esta pesquisa, quanto à abordagem, é predominantemente qualitativa. Segundo Oliveira (1999, p. 116), “a abordagem qualitativa difere da abordagem quantitativa pelo fato de não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema”.

Serão utilizados para este projeto textos interpretativos para estruturação e análise da pesquisa. As informações coletadas serão expostas de forma a propor melhores alternativas de compreensão que possam contribuir para um entendimento sobre a relevância do relacionamento da ECT com a União Postal Universal, bem como a sua atuação e a execução de ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mais precisamente o ODM-6.

1.3.5 Universo de Análise

O universo da pesquisa abrange um estudo de caso feito na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, mais precisamente na Diretoria Regional de Santa Catarina – DR/SC, no departamento responsável pelos assuntos de ordem internacional da instituição, a ARINT – Assessoria de Relações Internacionais. Este universo foi definido pelo critério de acessibilidade das informações, compreendendo dados pertinentes ao Serviço Social da empresa.

Por se tratar de um estudo em uma unidade e atividade específica da empresa, não serão mencionadas quaisquer outras Diretorias Regionais da ECT neste trabalho.

1.3.6 Delimitação da Pesquisa

Em relação à delimitação do tempo, este trabalho compreende o estudo das ações da empresa nos anos de 2004 a 2006.

A delimitação do tema restringe-se ao estudo das ações da ECT/DR/SC no que incumbe ao Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 6 (ODM-6). Desta forma, não serão estudadas nenhuma ação por parte desta instituição que envolva outros ODM. O ODM-6, portanto, é o foco limitador deste estudo.

No tocante ao espaço, a delimitação contempla a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na Diretoria Regional de Santa Catarina, unicamente. Sem citar qualquer outra unidade da empresa para o alcance dos objetivos deste trabalho.

1.3.7 Limitações da Pesquisa

Esta pesquisa possui limitações no tocante ao seu alcance para comprovar os resultados da ação da ECT DR/SC no alcance dos ODM em SC. Estas limitações se dão pelo próprio caráter deste trabalho, de conclusão de curso, pelo tempo de realização dele e pela própria dificuldade em estabelecer cientificamente a relação ação – resultados do objeto em estudo.

Por isto, este trabalho pretende apenas ser um ponto de apoio para futuras pesquisas que possam aprofundar as possibilidades de alcance dos resultados das ações da ECT DR/SC na tentativa de alcance dos Objetivos do Milênio, o que parece ser uma das principais funções da Universidade, e do Curso de Relações Internacionais da Unisul, em particular.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O objetivo deste capítulo é apresentar as idéias de vários autores de forma a sustentar e integrar as etapas do trabalho. Não se pretende levantar teorias para confrontá-las com a realidade estudada, mas tão somente apresentar um arcabouço de estudos e informações suficientes para o bom entendimento do objeto de estudo.

Desta forma, será feito, primeiramente, um resgate teórico do que são as Organizações Internacionais, com seu histórico, suas características e conceitos. Também, uma apreciação sobre as Agências Especializadas da ONU. Conseqüentemente, um estudo sobre a União Postal Internacional – UPU, suas generalidades, características, bem como sua contribuição e atuação no Brasil mediante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Serão apresentados, finalmente, à ECT, seu histórico e suas atividades realizadas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em especial o ODM-6, as ações da ECT/DR/SC, também para o cumprimento do ODM-6 e os seus resultados.

2.1 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O direito internacional é a base para a organização da sociedade internacional e o alicerce para surgirem os acordos que, ainda rudimentares, expressavam os interesses bilaterais dos países contratantes e tinham como principal objetivo a reciprocidade.

As Organizações Internacionais (OI) começaram a surgir quando três ou mais Estados resolveram trabalhar para atingir um objetivo comum, fato este que evoca o início das primeiras conferências internacionais e que desperta para questões que até então não vinham sendo colocadas em prática. Este é o caso da preparação da agenda para as reuniões e a infra-estrutura necessária para a sua realização, bem como uma memória para manter o que havia sido decidido nas reuniões. Este processo deu origem aos secretariados das conferências, e assim surgiram de fato as organizações internacionais. (SEITENFUS, 2003).

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (2007) informa que as

primeiras organizações internacionais que surgiram tinham o objetivo imediato prático de possibilitar a comunicação entre sociedades. Essas agências serviram como fóruns para a troca de informações, discussão de problemas comuns aos governos e para coordenação de políticas e práticas por meio da formulação de padrões de comportamento.

Segundo Velasco:

> "unas associoaciones voluntárias de Estados estabelecidas por acuerdo internacional, dotadas de órganos permanentes, propios e independientes, encargados de gestionar unos intereses colectivos y capaces de expresar uma voluntad juridicamente distinta de la de sus miembros." (VELASCO, 1999, p. 44).

Na opinião de Seitenfus:

> "trata-se de uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros." (SEITENFUS, 2004, p.27).

Seitenfus (2004) afirma que muitos autores enfatizam a importância de a Organização Internacional ser dotado de órgãos próprios, fato este que pode vir a considerar a existência de uma OI (Organização Internacional) quando ela pode, por meio de atitudes próprias e independentes, manifestar uma vontade distinta dos Estados-membros.

Esta reflexão permite uma definição própria de Organizações Internacionais. Neste caso, seria as OI's uma associação voluntária entre Estados, constituída por meio de um tratado que prevê um aparelhamento institucional permanente e uma personalidade jurídica distinta dos Estados que a compõem, com o objetivo de buscar interesses comuns, por meio da cooperação entre seus membros. (Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados – art. 2º)

Segundo Seitenfus (2004), a evolução das Organizações Internacionais consolida três de suas principais características: multilateralidade, permanência e institucionalização.

A multilateralidade pode ser classificada pelo regionalismo ou pelo universalismo. As organizações internacionais de âmbito regionalista dizem respeito à existência de elementos limitadores. Como por exemplo o espaço físico ou a delimitação geográfica existente; já as de cunho universalista, não fazem qualquer

discriminação de origem, de organização política ou de localização.

As permanências das OI caracterizam-se por dois elementos. De um lado a sua existência por tempo indeterminado, ou seja, as OI não possuem qualquer limite de tempo estabelecido, o que não significa que elas não possam vir a deixar de existir. De outro lado, a permanência significa que as Organizações Internacionais necessitam de um Secretariado, com sede fixa, dotada de personalidade jurídica internacional que permita a assinatura de acordos-sede, com a aplicação do princípio da inviolabilidade e possuidora de direitos e obrigações competentes às atividades realizadas diplomaticamente no exterior.

A questão da Institucionalização das OI consiste na relação entre os Estados, isto é, na rede de relacionamento bilateral existente. Essa prática tem como objetivo garantir segurança aos Estados.

Em 1920, quando a Liga das Nações iniciou suas atividades, as organizações funcionais foram ajustadas no contexto mais amplo de reestruturação da ordem internacional. Para tanto, foram criados, por exemplo, os institutos para Cooperação Intelectual e para Unificação do Direito Privado. Além dos institutos, foram instituídas as organizações técnicas para Comunicação e Trânsito, Saúde, Economia e Finanças. (CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2007)

A Organização das Nações Unidas - ONU assumiu um papel ainda mais ativo na promoção da cooperação funcional, gerando uma rede de órgãos, comissões e organizações internacionais na área econômica e social.

Desta maneira, como o Pacto da Liga, a Carta da ONU aconselha que as organizações internacionais preexistentes estejam a ela vinculadas, passando a ser denominadas como entidades, ou agências especializadas (artigo 27). Este foi o caso, por exemplo, da União Postal Universal e da União Internacional de Telecomunicações que se tornaram agências especializadas da ONU em 1948.

O grau de institucionalização e independência das instituições funcionais no âmbito do sistema ONU é variável, desde programas diretamente a ela subordinados, como o Alto Comissariado para Direitos Humanos (ACDH) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), até organizações internacionais totalmente independentes, as agências especializadas. Algumas já existiam no âmbito da Liga e foram incorporadas ao sistema ONU, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT); outras foram criadas posteriormente, como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ainda em referência ao Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (2007), as organizações funcionais do sistema ONU cresceram significativamente entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970. Em função da tensão bipolar da Guerra Fria, as agências funcionais ampliaram seus programas, particularmente no que se refere ao apoio ao desenvolvimento. Esse processo foi beneficiado pela prosperidade econômica do período e pela ação dos paises do Terceiro Mundo, que aumentaram em número e influência a partir do desmembramento do sistema colonial.

No entanto, os anos 1980 e 1990 foram marcados pela crise da atuação dessas agências, gerada pelas críticas norte-americanas. Ao longo da segunda metade do século XX, foram criados também um conjunto de organizações e outras instituições de caráter regional visando à cooperação funcional.

2.2 AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A história do surgimento das modernas organizações internacionais está associada à criação das primeiras organizações funcionais ainda no século XIX. Durante esse período, surgiu um número considerável de organizações funcionais, ou uniões públicas internacionais, como eram chamadas então. É o que explica a partir deste parágrafo o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2007).

As transformações econômicas e o desenvolvimento tecnológico foram os fatores mais relevantes que contribuíram para este fenômeno. O processo de industrialização gerou avanços nos transportes e nas comunicações. O aumento da produção e do comércio permitiu a criação de uma rede complexa de relações econômicas que abrangia o globo. A pressão social gerava demandas para uma maior atuação dos Estados no campo social, econômico e cultural.

À medida que as sociedades se tornaram mais complexas, cresceu a demanda por serviços específicos e aos Estados foram incorporadas atribuições no sentido de gerar uma infra-estrutura necessária para garantir o desenvolvimento. Isso é particularmente claro em áreas como transportes e formas de comunicação. Com o aumento das relações entre os Estados e suas sociedades, e de sua

interdependência, os governos nacionais começaram a se engajar na coordenação das atividades econômicas e sociais, que tinham um caráter intrinsecamente transnacional.

Surge então o princípio da cooperação técnica entre os Estados, ou, cooperação funcional, que se refere ao aparelhamento de atividades em uma área temática específica que pode ter tanto abrangência universal, como regional, de acordo com Herz (2004).

Para Seitenfus (2003), um denominado 'Direito Novo', o direito da cooperação internacional; que está ligado ao direito internacional, que regula as relações clássicas entre os Estados.

Para o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (2007), a cooperação internacional no âmbito multilateral deve ser abarcada no contexto mais amplo da cooperação funcional, ou seja, cooperação na esfera social, econômica e cultural em áreas específicas. As relações de poder sistêmicas ou regionais estão diretamente pautadas com este tipo de interação internacional, porém uma análise que aprecie características particulares é indispensável. Ademais, o marco geral das relações entre Estados pode favorecer ou dificultar a cooperação em áreas específicas.

Neste contexto, para Herz, (2007) "A cooperação funcional passa a ser vista não apenas como um facilitador para solução de problemas técnicos de organização do mundo durante os tempos de paz, mas com uma condição para a própria manutenção da paz.".

As organizações especializadas têm por objetivo compreender seus esforços de acordo com seus propósitos de atuação, que são divididas em quatro grandes grupos: a) as organizações especializadas de cooperação econômica; b) as de cooperação na área social; c) as de cooperação em comunicação; d) as dotadas de fins específicos. (SEITENFUS, 2003).

Para Velasco:

> "los organismos especializados al dicirnos que son aquéllos estabelecidos por acuerdos intergubernamentales, que tengam amplias atribuciones internacionales definidas en sus Estatutos y relativas a materias de carácter económico, social, cultural, educativo, sanitario y otras conexas y que están vinculdos a la Organización – de las N.U." (VELASCO, 1999, p.345).

A Carta da ONU reproduziu o ordenado no Pacto da SDN (Sociedade das Nações), no seu art. 57, que caracteriza as organizações especializadas como

aquelas "criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas em seus instrumentos básicos nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitários e conexos”, e determina que serão vinculadas às Nações Unidas, em concordância com as disposições do art. 63. Estes acordos, que são verdadeiros tratados internacionais, são preparados pelo Conselho Econômico e Social (CES) e aprovados pela Assembléia Geral da ONU, e eles deliberam as relações entre tais organismos e a ONU (art. 63).

No plano administrativo, tais acordos garantem a uniformidade do estatuto de pessoal, criam um fundo comum de pensões, etc. A ONU exerce, com relação a esses organismos, uma função de coordenação e cooperação através do CES (art. 60). Tal cooperação é realizada pelo Comitê Administrativo de Coordenação (CAC), criado em 1947.

Vale mencionar, ainda, que a ONU possui poder de iniciativa para a criação dessas organizações (art. 59). Essas organizações especializadas dispõem de certa autonomia, apesar de sujeitas à autoridade da ONU: a) desenvolvem atividades próprias no campo internacional; b) têm sede diferente da ONU; c) possuem membros que não são da ONU; d) sua estrutura administrativa é autônoma; e) possuem orçamento próprio; f) possuem personalidade internacional.

Elas também podem pedir parecer à Corte Internacional de Justiça (CIJ), desde que autorizadas pela Assembléia Geral. Sua estrutura é geralmente formada por três órgãos: o Conselho, a Assembléia e o Secretariado.

As organizações especializadas trazem estas características: a) foram criadas por um acordo firmado entre estados; b) foram dotadas de amplas e reconhecidas atribuições nos assuntos remetentes ao seu tratado constitutivo; c) estão vinculadas às Nações Unidas por meio de um acordo específico (SEITENFUS, 2003).

Segundo a própria instituição, a UPU transformou-se em uma agência especializada das Nações Unidas em 1º de julho de 1948. Desde então. suas relações de cooperação ativa com outros organismos internacionais acenderam e intensificaram-se. Isto resultou em um número significativo de memorandos de compreensão e de outros acordos com agências e programas das Nações Unidas e também com outras organizações internacionais.

2.3 A UNIÃO POSTAL UNIVERSAL - UPU

Nesta seção serão expostas características gerais e funcionais da União Postal Universal.

Primeiramente, procura-se apresentar suas generalidades e os aspectos mais importantes da sua constituição. Seqüencialmente, citam-se características da sua estrutura organizacional, bem como de seu aparato normativo e sua atuação neste contexto.

2.3.1 Generalidades

A União Postal Universal - UPU foi uma das primeiras Organizações Internacionais que surgiu. Criada em 1874, tinha como objetivo inicial possibilitar a comunicação entre os Estados. Com o aceleramento das relações entre os povos e a necessidade de transmitir informações, foi preciso desenvolver um órgão capaz de administrar com particularidade os serviços postais universais.

De acordo com o art. 1º de sua Constituição, a UPU tem por finalidades:

> "assegurar a organização e o aperfeiçoamento dos serviços postais e contribuir, dentro de sua esfera de ação, para o desenvolvimento da colaboração internacional."
> "A União participa, na medida das suas possibilidades, na assistência técnico-postal solicitada pelos seus Países membros".

Para Araújo, os objetivos da UPU são "unificar as tarifas postais e assegurar a organização e o aperfeiçoamento dos serviços postais". (ARAUJO, 2002, p. 71).

De acordo com informações da própria UPU, ela é o fórum preliminar para a cooperação entre os membros no setor postal e contribui para assegurar uma rede universal de produtos modernos e de serviços nesta área. Neste sentido, a organização cumpre um papel consultivo, mediador e ainda fornece o auxílio técnico necessário aos seus membros para os assuntos postais. Além de ajustar as regras para trocas internacionais e fazer recomendações com o intuito de estimular o crescimento dos volumes das informações postais pelo mundo e melhorar a

qualidade do serviço para seus clientes.

A Constituição da União Postal Universal é o ato fundamental que aprecia as normas e exigências da união. É um ato diplomático, ratificado pelas autoridades competentes de cada país membro. As emendas a ele podem somente ser feitas pelo Congresso e são gravadas em um protocolo adicional, que pode também ser sujeito à ratificação.

Com base em informações mais recentes, o Ministério das Comunicações (2007) informa que atualmente a UPU integra 191 países membros.

São considerados países membros da UPU todos aqueles que assinaram a Constituição na data em que a mesma entrou em vigor ou qualquer membro das Nações Unidas que deseje aderir a União. (Art. 2º da Constituição da UPU).

A UPU é considerada um organismo de Cooperação Funcional, pois serviu como fórum para troca de informações e a discussão de problemas comuns aos governos, bem como instrumento para a realização da cooperação e para a coordenação de suas políticas e práticas, por meio da formulação de padrões de comportamento (HERZ, 2004, p. 133).

Conforme a Constituição da UPU em seu art. 3º, a União abrange no seu território:

> "a) Os territórios dos Países membros; b) As estações postais estabelecidas por Países membros em territórios não compreendidos na União; c) Os outros territórios que, embora não sejam membros da União, estão nela incluídos por dependerem, sob o ponto de vista postal, de um País membro".

Velasco afirma que, "Los países que la formam constituyen um solo território postal para el intercambio recíproco de correspondência, y em dicho territorio queda garantizada la liberdad de tránsito". (VELASCO, 1999, p. 372).

Atualmente, a UPU mantém relacionamentos mais estreitos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para promover o desenvolvimento dos Correios, com o Programa das Nações Unidas para a Fiscalização Internacional de Drogas, para a luta contra o envio de drogas pelo correio, e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, para sensibilizar os Correios de todo o mundo sobre temas ambientais diversos (UPU, 2007).

Além disso, a UPU coopera com organismos, tais como: a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e com o Banco Mundial para fomentar o desenvolvimento e a reforma do Correio em todo o mundo. Tudo isto no âmbito do Sistema das Nações Unidas, do qual fazem parte as agências especializadas da ONU, como a UPU.

Com o propósito de facilitar as trocas postais internacionais, a UPU mantém, também, relações de trabalho com organismos internacionais, tais como: a Associação de Transporte Aéreo Internacional, a Organização Internacional de Normalização, a Organização Mundial de Aduanas e a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).

2.3.2 Características normativas e orgânicas

A sede da União está localizada em Berna, na Suíça. Tem como idioma oficial a língua francesa e a moeda utilizada como unidade monetária da União é o Franco, segundo a sua Constituição.

De acordo com o art. 32 da Constituição: “No caso de litígio entre duas ou mais Administrações postais dos Países membros relativamente à interpretação dos Atos da União ou à responsabilidade resultante para uma Administração postal da aplicação desses atos, a questão litigiosa é resolvia por juízo arbitral”.

O art. 10 da Constituição da UPU menciona que: “A fim de assegurar uma cooperação estreita no campo postal internacional, a União pode colaborar com as organizações internacionais que tenham interesses e atividades conexas”.

A estruturação e organização da instituição serão descritas a seguir, com base nas informações disponibilizadas pela própria UPU.

Sendo assim, o Congresso Postal Universal é a autoridade suprema da UPU. Reúnem-se agora a cada quatro anos, em vez de cinco, seguindo uma decisão dada pelo Congresso de Bucareste em 2004.

Embora a função principal do Congresso fosse de alçada legislativa, a tendência recente delegou o poder mais regulador aos dois conselhos da UPU. O Congresso elege, além do diretor-geral, os membros do Conselho Administrativo e

do Conselho Consultivo de Estudos Postais, e acertam as diretrizes do orçamento para os quatro anos seguintes.

O Conselho Executivo conta atualmente com 41 países membros e encontra-se a cada início de ano na matriz da UPU, em Berna na Suíça. As funções do Conselho Executivo são assegurar a ininterrupção do trabalho do Congresso da UPU, supervisionar suas atividades e estudar decisões reguladoras, administrativas, legislativas e legais.

Segundo a UPU, para garantir que a mesma pudesse reagir rapidamente às mudanças no ambiente postal, ao Conselho Executivo foi dado o poder de aprovar propostas feitas pelo Conselho Postal das operações para a adoção dos regulamentos ou de novos procedimentos até o congresso subseqüente.

O Conselho Executivo pode também fazer apreciação de medidas que considerar emergencial. O Conselho aprova o orçamento e os clientes da instituição, bem como as atualizações anuais do programa e do orçamento da UPU. Também é responsabilidade do Conselho Executivo a promoção e coordenação de todos os aspectos relativos ao auxílio técnico entre países membros.

O Conselho Postal é o corpo técnico e operacional da UPU que possui 40 países membros eleitos. Trata dos aspectos operacionais, econômicos e comerciais do serviço postal internacional.

Este conselho, em sua primeira reunião após cada Congresso, revisa a convenção e os regulamentos, bem como o acordo de serviços postais e suas normas. Promove o ingresso de produtos postais novos, coletando, analisando e publicando os resultados das experiências e as pesquisas realizadas, além de fazer recomendações aos países membros a respeito de processos tecnológicos, operacionais, dentre outros.

Criado em 16 de setembro de 2004 pelo 23ª Congresso em Bucareste, o Comitê Consultivo é o órgão mais recente da UPU. Ele representa os interesses do setor postal internacional e fornece uma estrutura para o diálogo eficaz entre partes interessadas, segundo a UPU.

O Escritório Internacional, a matriz da UPU, situado em Berna, na Suíça tem uma equipe de funcionários de quase 150 empregados vindos de 45 países diferentes. Provê a sustentação técnica para os órgãos da UPU, serve como um escritório da informação e de consultas e promove a cooperação técnica entre os membros da instituição.

Ainda com base nas informações obtidas junto à União Postal Universal, as atividades da UPU são financiadas independentemente do sistema das Nações Unidas. Todas as despesas do orçamento são financiadas em conjunto pelos países membros, por meio de um sistema da classe de contribuição. Antes da admissão à União, os países membros novos são livres para escolher uma das 12 classes de contribuição que variam entre si. A organização tem um dos menores orçamentos anuais da ONU, totalizando aproximadamente 37 milhões de Francos Suíços.

2.4 A PRESENÇA E O PAPEL DO BRASIL NA UPU

Conforme informações disponibilizadas pela Assessoria de Relações Internacionais dos Correios - ARINT, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT tem se destacado ao longo dos anos por sua participação no cenário mundial, sendo eleita seguidamente para tomar assento nos órgãos internacionais ligados aos serviços postais.

Dessa forma, a ECT (mediante a ARINT – departamento que coordena os assuntos e as atividades de cunho internacional dentro da empresa), representando o Brasil em âmbito internacional, têm papel ativo na UPU e se reúne periodicamente para tratar de assuntos postais relevantes e atuais dentro de sua área geográfica de atuação.

A UPU, como já citado anteriormente, tem como objetivos principais integrar mundialmente os serviços postais e facilitar a comunicação entre os seus 191 países membros. O Brasil é membro fundador da UPU, tendo aderido a ela em 01.07.1877.

Em 1979, o Brasil sediou, na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso da UPU, o que muito contribuiu para a visibilidade do país no cenário postal internacional.

Na UPU, o Brasil integra os dois principais órgãos da organização: o Conselho de Administração (CA) e o Conselho de Operações Postais (COP).

Dentro destes Conselhos, existem diversos Grupos de Ação, Equipes de Projetos, Comitês e Cooperativas, cada um encarregado de debater assuntos específicos do universo postal.

No CA, a Presidência da Comissão 2 (Questões Regulamentares) é exercida pelo Subsecretário de Serviços Postais do Ministério das Comunicações, conforme

designado na sessão constitutiva do Congresso de Bucareste. Nessa qualidade, o Brasil integra igualmente os seguintes grupos do CA: Comitê de Gestão; Grupo de Projeto “Atos da UPU”; Grupo de Projeto ”Estrutura e Composição da UPU”; Grupo de Projeto “Questões relativas à OMC”;

No que tange ao COP, atualmente o Brasil é membro dos seguintes órgãos: Grupo de Ação para a Segurança Postal; Grupo de Ação para o Desenvolvimento Postal; Grupo de Ação para a Cooperação ao Desenvolvimento; Grupo de Projeto “Encargos Terminais”; Grupo de Projeto “Qualidade do Serviço”; Grupo de Projeto “Responsabilidade”; Grupo de Projeto “Encomendas”; Grupo “Serviços Financeiros Postais”; Grupo Setorial “Fórum para o Desenvolvimento do Marketing Direto”; Comitê Fiduciário do Fundo de Melhoria para a Qualidade do Serviço; Grupo de Produtos Eletrônicos e Serviços Associados; Cooperativa Telemática; Cooperativa E.M.S.;

2.4.1 Os projetos

Segundo a ARINT, há bastante tempo a UPU vem desenvolvendo projetos de desenvolvimento de recursos humanos. A UPU também vem idealizando modelos de formação destinados aos *designers* de cursos postais e, neste sentido, w*orkshops* de formação são organizados, regularmente, nos países em desenvolvimento ou em escala regional, sendo que o seu principal objetivo é a valorização do potencial existente em recursos humanos na área postal.

Vai exatamente neste sentido a assinatura, em 18 de outubro de 2006, de um acordo UPU-ECT assinado na própria Sede da UPU entre o Diretor Geral da UPU, o Sr. Edouard Dayan, e o Presidente da ECT, o Sr. Carlos Henrique Custódio.

Este acordo visa à utilização da estrutura da Universidade Corporativa dos Correios - UNICO, em Brasília, para sediar cursos destinados à formação de profissionais dos serviços postais.

Para tanto, a UNICO torna-se um referencial mundial em educação, como vetor de apoio às ações de cooperação técnica e capacitação da UPU e reforça o seu já grande papel de aprimoramento da capacitação profissional das organizações postais, num mundo globalizado e competitivo.

3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO - ODM

Durante a realização da Cúpula do Milênio, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque , em setembro de 2000, líderes de 189 países firmaram um documento, chamado de Declaração do Milênio que compõe as metas de Desenvolvimento do Milênio. O foco principal desta reunião era estabelecer o compromisso de combater e erradicar a extrema pobreza e a fome no mundo até o ano de 2015 contando com a participação de governos, instituições, organizações e cidadãos por meio de ações do dia-a-dia. (UPU, 2007)

Até essa data, portanto, todos os 191 Estados-membros das Nações Unidas assumiram os seguintes desafios:

a) erradicar a extrema pobreza e a fome;
b) atingir o ensino básico universal;
c) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
d) reduzir a mortalidade infantil;
e) melhorar a saúde materna;
f) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
g) garantir a sustentabilidade ambiental;
h) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Segundo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, a concretização desses objetivos se dá por meio da realização de ações específicas de combate a pobreza, associadas à implementação de outras correspondentes, como aquelas relacionadas à saúde, ao saneamento, à educação, à promoção da igualdade de gênero e ao meio ambiente. Para os oito objetivos, foram estabelecidas 18 metas, cujo cumprimento será acompanhado por um conjunto de 48 indicadores propostos por especialistas de organismos internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial.

O conceito de desenvolvimento tem sua origem nas discussões efetuadas no pós-guerra e está inseparavelmente ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), com a Carta do Atlântico (1941) e a Carta das Nações Unidas (1945).

Segundo o portal Pedagogia em Foco (2007):

> Desenvolvimento "é o processo que busca atingir formas de equilíbrio cada vez melhores ou, em outras palavras, é um processo de equilibração sucessiva que tende a uma forma final, ou seja, a aquisição do pensamento operatório formal. Pode-se dizer ainda que é a construção da estruturas ou estratégias comportamentais.

3.1 ODM

Esta seção tratar-se-á de uma análise do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), publicado pela Presidência da República em setembro/2007. Os 8 (oito) Objetivos do Milênio foram incluídos nesta pauta internacional de prioridades pois são considerados temas fundamentais de direitos humanos sob a perspectiva do desenvolvimento, principalmente direitos econômicos, sociais e culturais.

Uma justificativa para tal consideração é dizer que alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de contribuir para um avanço destas prioridades, possibilitará o acompanhamento dos resultados enquanto uma perspectiva no âmbito dos direitos humanos, segundo o Relatório dos ODM (2007).

A finalidade dos ODM é transformar em prioridade determinados assuntos que continuam sendo um desafio diário a muitas pessoas no mundo – como a extrema pobreza e a fome, o acesso à educação de qualidade, a igualdade entre os sexos, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV/AIDS e a outras doenças, a preservação do meio ambiente e a consolidação do direito ao desenvolvimento para todos (Relatório dos ODM, 2007).

3.1.1 Erradicar a extrema pobreza e a fome

A pobreza, a desnutrição e a fome vão contra a dignidade humana e são temas inseridos nos termos de direitos econômicos, sociais e culturais. Isso significa que vários documentos internacionais estabelecem garantias básicas para que estes problemas sejam evitados, como é o caso do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais em seu artigo 11.

Em crianças pequenas, por exemplo, a falta de alimentos pode comprometer seu desenvolvimento físico e mental e até mesmo ameaçar sua sobrevivência.

Desta forma, este tema compromete os países que assinaram a Declaração à não medirem esforços para exterminar as más condições em que homens, mulheres e crianças se encontram em função da pobreza extrema.

Meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015 a proporção da população com renda inferior a 1 dólar por dia.

Meta 2: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015 a proporção da população que sofre de fome.

3.1.2 Atingir o ensino básico universal

A educação é outro item da pauta do desenvolvimento humano e também é amparada por vários tratados internacionais.

O que se afirma é que a educação deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da dignidade humana e sua personalidade, bem como o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos.

Os países concordam ao assinar a Declaração, que a educação deve capacitar todas as pessoas para participar de uma sociedade livre, favorecendo a compreensão, amizade e tolerância entre todas as nações, grupos raciais, étnicos, religiosos e promover as atividades de manutenção da paz.

A principal meta deste objetivo é garantir que até 2015, com a elaboração e implementação de políticas voltadas à manutenção do sistema público de educação, todas as crianças concluam o ensino básico.

3.1.3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

A questão da igualdade entre os sexos destaca o compromisso dos Estados signatários em “promover a igualdade de gênero e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e de promover um desenvolvimento

verdadeiramente sustentável". (Declaração do Milênio).

Isso se reflete na Meta 4 dos ODM, conforme Tabela 1, que busca eliminar as desconformidades entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015.

Neste contexto afirma-se que a igualdade entre homens e mulheres é um requisito para a democracia e o cumprimento de direitos fundamentais, apesar de ainda existir desigualdades que necessitam ser erradicadas, principalmente nas áreas de formação profissional, atividade econômica, emprego e condições de trabalho.

3.1.4 Reduzir a mortalidade infantil

Este é um dos temas diretamente ligado às questões da saúde no que abrange os ODM e tem como Meta 5 "reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças com menos de 5 (cinco) anos de idade."

A análise dos conteúdos do direito à saúde, tanto na perspectiva dos ODM como na de direitos humanos, apresenta um esforço mútuo para alcançar o objetivo final, que é o exercício pleno do direito à saúde por todas as pessoas.

3.1.5 Melhorar a saúde materna

O objetivo que prevê a redução em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna, é outro tema associado à saúde.

O direito à saúde - reconhecido em vários Tratados Internacionais e contemplado em diversas Constituições nacionais, protege o direito do cidadão de ter o melhor padrão de saúde física e mental.

3.1.6 Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Este objetivo tem como Meta 7 “até 2015, deter a propagação do HIV/AIDS e iniciar uma intervenção à tendência atual de outras doenças.”

O atrelamento deste objetivo à questão do direito à saúde e simultaneamente aos direitos humanos vem mostrar que além de haver uma preocupação com grupos de indivíduos vulneráveis, há uma perspectiva de análise das relevantes diferenças nas condições de saúde.

3.1.7 Garantir a sustentabilidade ambiental

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e aos programas nacionais e reverter à perda de recursos ambientais é a metas de mais um dos elencados ODM estudados neste trabalho.

Este objetivo prevê que o desenvolvimento sustentável existe do reconhecimento e consideração do impacto que o meio ambiente exerce na qualidade de vida dos seres humanos.

3.1.8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

O oitavo e último Objetivo do Milênio vislumbra estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Estimulando e engajando os países considerados desenvolvidos a estabelecer novas atitudes em relação aos países menos desenvolvidos.

Tabela 1 - Objetivos, Metas e Indicadores (ODM)

Objetivos e Metas	Indicadores
Objetivo 1. **Erradicar a extrema pobreza e a fome**	
Meta 1.	1. Proporção da população com menos de 1 dólar

Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar.	por dia; 2. Índice de hiato de pobreza – incidência X o grau de pobreza; 3. Participação do quinto mais pobre da população no consumo nacional.
Meta 2. Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	1. Proporção da população abaixo da linha nacional de pobreza; 2. Taxa de desemprego na faixa etária entre 15 e 24 anos, por sexo e total.
Objetivo 2. **Atingir o ensino básico universal**	
Meta 3. Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino.	1. Taxa líquida de matrícula no ensino primário; 2. Proporção de alunos que iniciam o 1° ano e atingem o 5°; 3. Taxa de alfabetização da faixa etária de 15 a 24 anos.
Objetivo 3. **Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**	
Meta 4. Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.	1. Razão entre meninos/meninas no ensino básico, médio e superior; 2. Razão entre homens e mulheres alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos; 3. Porcentagem de mulheres alfabetizadas no setor não-agrícola; 4. Proporção de mulheres exercendo mandatos no Parlamento Nacional.
Objetivo 4. **Reduzir a mortalidade infantil**	
Meta 5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças com menos de 5 anos de idade.	1. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos; 2. Taxa de mortalidade infantil; 3. Proporção de crianças de até 1 ano vacinadas contra o sarampo.
Objetivo 5. **Melhorar a saúde Materna**	
Meta 6. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	1. Razão de mortalidade materna; 2. Proporção de partos assistidos por profissional de saúde qualificado.
Objetivo 6.	

Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	
Meta 7. Até 2015, ter detido a propagação do HIV/AIDS e começado a inverter a tendência atual.	1. Taxa de prevalência do HIV/AIDS entre as mulheres grávidas com idade de 15 a 24 anos; 2. Taxa de utilização de anticoncepcionais; 3. Número de crianças tornadas órfãs pela AIDS.
Meta 8. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças.	1. Taxa de prevalência e de mortalidade ligados à malária; 2. Proporção da população das zonas de risco que utiliza meios de proteção e de tratamento eficazes contra a malária; 3. Taxa de prevalência e mortalidade ligadas a tuberculose; 4. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamento de curta duração sob vigilância direta.
Objetivo 7. **Garantir a sustentabilidade ambiental**	
Meta 9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.	1. Proporção de áreas terrestres cobertas por florestas; 2. Fração da área protegida para manter adversidade biológica sobre a superfície total; 3. Uso de energia; 4. Emissões de CO_2 *per capita*.
Meta 10. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao esgoto sanitário.	1. Proporção da população que utiliza combustíveis sólidos.
Meta 11. Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes e assentamentos precários.	1. Proporção da população urbana e rural com acesso a uma fonte de água tratada; 2. Proporção da população com acesso a melhores condições de esgoto sanitário; 3. Proporção de domicílios com posse segura da moradia.
Objetivo 8. **Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento**	
Meta 12. Avançar no desenvolvimento de um sistema	1. Não há sugestões de indicadores pela ONU.

comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório.	
Meta 13. Atender as necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados e anulação da dívida bilateral oficial e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza.	1. Não há sugestões de indicadores pela ONU.
Meta 14. Atender as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	1. Não há sugestões de indicadores pela ONU.
Meta 15. Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável.	1. Ajuda pública para o desenvolvimento – APD. 2. Proporção da APD bilateral, para setores específicos dos doadores da OCDE – Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento para serviços sociais básicos; 3. Proporção da APD dos doadores da OCDE que não está vinculada; 4. APD dos doadores da OCDE aos países sem acesso ao mar como proporção de Renda Nacional Bruta destes; 5. APD dos doadores da OCDE aos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento como proporção da Renda Nacional Bruta destes; 6. Proporção do total das importações dos países desenvolvidos, provenientes de países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, admitidas sem pagamento de direitos alfandegários; 7. Tarifas médias de importação impostas aos produtos agrícolas, têxteis e vestuários dos países em vias de desenvolvimento; 8. Apoios agrícolas estimados para os países da OCDE, como porcentagem de seus PIB;

	9. Proporção da APD outorgada para reforçar capacidades comerciais; 10. Número cumulativo de países que tenham atingido pontos de decisão e de cumprimento da iniciativa, Países Pobres Muito Endividados – PPME; 11. Dívida oficial perdoada como resultado da iniciativa Países Pobres Muito Endividados; 12. Serviço da dívida como porcentagem das exportações de bens e serviços.
Meta 16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo.	1. Taxa de desemprego da população com idades compreendidas entre 15 e 24 anos.
Meta 17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento.	1. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preço acessível, numa base sustentável.
Meta 18. Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicação.	1. Linhas telefônicas por 1000 habitantes; 2. Computadores pessoais por 1000 habitantes.

Fonte: Elaboração da autora.[1]

3.2 AS INICIATIVAS DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS ODM

A Declaração do Milênio, segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2007), é um revigorado acordo global que estimula os países desenvolvidos a firmarem novos comportamentos com países menos desenvolvidos, visando a fortalecer o desenvolvimento por meio desta

[1] Relatório dos ODM – set/2007 - Dados secundários.

assistência, em âmbito internacional.

O oitavo Objetivo do Milênio está estreitamente vinculado a esta questão que remete ao direito ao desenvolvimento, que neste contexto prevê a participação, contribuição e gozo do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, considerando os Estados os responsáveis por criarem estas condições nacional e internacionalmente para o alcance desse direito. Isso sugere que os países mais desenvolvidos contribuam neste sentido para com os países mais pobres.

Compete também ao Estado, segundo o Relatório dos ODM (2007), formular e implementar políticas de promoção ao desenvolvimento nacional com o objetivo de garantir todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais da população.

A democracia, a participação e os direitos humanos são os elementos primordiais da Declaração do Milênio, e os ODM foram estipulados para consolidar o direito de todos ao desenvolvimento. Portanto, o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio contribui para os avanços na área dos direitos humanos – saúde, educação, níveis dignos de vida - e a participação da sociedade é essencial para que de fato isto se concretize (Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2007).

Segundo a Assessoria de Relações Internacionais dos Correios - ARINT, no caso do Brasil, um decreto presidencial de 31 de outubro de 2003 instituiu um grupo técnico, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Esse grupo tem como principal objetivo “subsidiar a elaboração de plano de ação para o alcance das metas e objetivos de desenvolvimento do milênio e monitorar o progresso do Brasil em relação às referidas metas e objetivos, por meio de levantamento de dados e informações pertinentes junto aos órgãos setoriais nos três níveis de Governo”. O Governo brasileiro está, ainda, empenhado na emissão de relatórios periódicos de acompanhamento dos objetivos do milênio.

No período de 2003-2006, uma prioridade do Governo federal foi fortalecer e dar origem a espaços públicos voltados à democratização das instituições de Estado, com o objetivo de dar voz e ampliar o diálogo com grupos sociais específicos para, com isso, aumentar a influência popular na definição das prioridades governamentais e diversos outros temas relacionados a políticas fundamentais para a população brasileira (Relatório dos ODM, 2007)

Em quatro anos, o Brasil recebeu 43 conferências sobre políticas públicas – 38 nacionais e 5 internacionais – para dinamizar os diálogos sociais em relação à

administração pública federal. Os temas discutidos, que envolveram 48 mil participantes das etapas nacionais das conferências, são considerados fundamentais para avançar na conquista de direitos sociais e estão fortemente ligados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Relatório dos ODM menciona que, na administração pública federal, existem 35 conselhos - dotados de 442 entidades representativas - que contam com a participação de pessoas da sociedade civil, que podem ser ou não representantes de entidades ou movimentos sociais.

Da mesma forma, em algumas áreas, o Governo Federal já assumiu compromissos mais audaciosos em relação aos já previstos nas metas do milênio: ao invés de reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome, o país se comprometeu a eliminar a fome até 2015.

O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio 2007 foi lançado pelo Governo Federal, em parceria com a ONU e divulga as iniciativas e apresenta os resultados das ações propagadas para o alcance dos oito Objetivos no país (Portal ODM Brasil, 2007).

Segundo o portal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil (2007), do Governo Federal, em 29 de agosto deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o prêmio ODM Brasil em parceria com o Programa Nacional das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

O prêmio foi criado para estimular e incentivar ações, programas e projetos desenvolvidos por intermédio de prefeituras, empresas e organizações da sociedade civil, com o intuito de assumir a responsabilidade de tentar cumprir pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Portal ODM Brasil, 2007).

Segundo o portal ODM Brasil (2007), o Brasil, em diversas esferas do Governo Federal, compromete-se e contribui para o alcance, transparência e efetividade das decisões governamentais que envolvem a população brasileira e, ainda, o estabelecimento de metas mais ambiciosas posiciona o país na esfera internacional como uma importante liderança na construção do desenvolvimento.

3.2.1 As Iniciativas do Brasil em relação ao ODM 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Nesta etapa serão evidenciadas as atividades que o Governo Federal desenvolve para alcançar as metas do Objetivo de desenvolvimento do Milênio – 6, que determina “Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças”. Este ODM foi eleito para ser o foco de análise deste estudo de caso na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, na Diretoria Regional de Santa Catarina – DR/SC.

De acordo com o relatório desenvolvido pelo Instituto Ethos – O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio (2006), o primeiro caso de AIDS diagnosticado no Brasil foi em 1980. Entre 1990 e 1995, quando a doença parecia encaminhar-se para uma epidemia incapaz de ser controlada e combatida, surgiram novos medicamentos capazes de garantir aos portadores do HIV uma vida digna e prolongada.

No Brasil, o sistema de saúde passou por transformações e foi responsável por uma inovação significante e promissora em relação ao alcance deste Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. A partir de 1996, todas as pessoas portadoras da AIDS passaram a receber gratuitamente os medicamentos necessários para assegurar-lhes o direito à vida, bem como se intensificou no país a distribuição de preservativos e seringas descartáveis para reduzir os riscos de contaminação.

Mediante o exposto pelo Instituto Ethos em seu relatório (ano), os resultados surgiram de imediato e continuam respondendo positivamente às expectativas, embora os custos de manutenção destes tratamentos sejam ainda muito altos. A taxa de mortalidade reduziu significativamente, da mesma forma como o ritmo de contaminações, em virtude do sucesso das campanhas promovidas com o propósito de conscientizar a população da importância do uso da camisinha (Relatório de Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio, 2006).

O 6° Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM-6) que prevê “Combater o HIV/AIDS, a Malária e Outras Doenças.” Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM (2007), divulgado pelo Governo Federal em setembro de 2007, as duas metas correspondentes a este Objetivo são as seguintes: meta 7 “até 2015, ter detido a propagação do HIV/AIDS e começado a inverter a tendência atual” e meta 8 “até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual”.

Segundo o Relatório de Compromisso das Empresas com as Metas do

Milênio (2006), na primeira meta do ODM-6 fixado pela ONU o Brasil cumpriu com muitos anos de antecedência. Diferentemente do que acontece com a segunda meta, que por ser bem mais abrangente apresenta uma situação mais crítica.

Ainda de acordo com o Relatório acima mencionado, a partir de 2003, o fator “mobilização social” que proporcionou o sucesso do combate a AIDS, seria usado também contra a malária, a tuberculose e a hanseníase, lançando programas para melhorias nas condições de vida dos portadores e facilitando o acesso à rede hospitalar. Em relação a AIDS, esforços não foram medidos para diminuir constantemente os casos de infecção com a distribuição ainda mais intensa de preservativos e facilitando a realização de exames para detectar a presença do HIV.

Conforme divulga o Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM (2007), nos últimos anos a proporção de brasileiros contaminados pelo HIV não apresentou mudanças significativas. Em 2004, a taxa de incidência foi de 19,7 casos para cada 100 mil habitantes. Neste ano, por estimativa do Governo Federal, havia no Brasil cerca de 600 mil portadores do vírus, o que permite dizer que os casos de infecção se mantiveram estáveis em relação ao ano 2000.

A taxa de incidência de AIDS entre as mulheres de 40 a 49 anos vem aumentando consideravelmente no decorrer dos anos. Em 1998, a taxa era de 17,9 casos para cada 100 mil habitantes, em 2004 esse número subiu para 28,5 e manteve-se próximo a este patamar em 2005. A notícia positiva é que para as jovens entre 13 e 24 anos esta tendência de alta não se aplica, muito pelo contrário, a taxa de incidência vem declinando ao longo dos anos (Relatório dos ODM, 2007).

A ocorrência de AIDS também apresentou declínio entre os usuários de drogas injetáveis – um dos grupos mais vulneráveis à doença – segundo o Relatório dos ODM (2007). Entre os homens acima de 13 anos, em 2005 os índices apresentaram queda de 70,4%. Para as mulheres da mesma faixa etária no mesmo período o declínio foi de 64,7%. Ou seja, a participação dos usuários de drogas injetáveis de ambos os sexos entre as ocorrências para indivíduos acima de 13 anos declinou de 16,2% para 7,3% do total.

A taxa de mortalidade por AIDS no Brasil tem apresentado redução bastante próspera em gênero e número desde 1996, conforme o Relatório dos ODM (2007), quando o país implantou a política de universalização do acesso ao tratamento anti-retroviral (Terapia Anti-Retroviral Altamente Ativa – Haart, na sigla em inglês). Essa melhora é reflexo das ações do Programa Nacional de DST e AIDS desenvolvido

pelo Governo brasileiro que é mencionado como projeto bem-sucedido no combate à AIDS por diversos organismos internacionais.

Outra contribuição relevante e de sucesso enfatizado por projetos sociais e pelo Programa Nacional de DST e AIDS é a divulgação dos métodos de prevenção à contaminação de doenças sexualmente transmissíveis. O aumento do uso de preservativos tem sido confirmado mediante pesquisas realizadas durante a seleção para o serviço militar – Exército Brasileiro.

Uma pesquisa feita pelo Governo Federal em 2004 apontou que 57% dos entrevistados de 15 a 24 anos haviam usado preservativo na última relação sexual. Isso permite considerar uma elevação no percentual da população que se protege destas doenças.

Entre 2003 e 2006, a incidência parasitária anual (IPA) da malária na Amazônia Legal (formada pelos sete estados do Norte e por parte do Mato Grosso e do Maranhão, e que abriga 99,5% dos casos de malária no Brasil) variou de 18,3 a 26,6 casos para cada 100 mil habitantes.

O melhoramento da Rede de Diagnóstico da Malária na Amazônia Legal dilatou o acesso ao tratamento e auxiliou a reduzir o número de casos graves, bem como permitiu a queda significativa da mortalidade em decorrência da malária. Em 2006, 56,2% dos contaminados fizeram os exames em menos de 48 horas após o início dos sintomas da doença (Relatório dos ODM, 2007).

Entre 2000 e 2003, a taxa de tuberculose tem retrocedido no Brasil. Em 2005, a doença afetava 40 pessoas a cada 100 mil habitantes. Neste ano, a maior parte dos casos de tuberculose foi registrada no Sudeste com 45,9% e no Nordeste com 29,4%. O Relatório dos ODM (2007) ainda informa que entre os fatores que cooperam para a dispersão da tuberculose, destaca-se o uso incorreto dos medicamentos, a alta capacidade infectante de um portador da doença e o fato de haver grandes afluências nos centros urbanos, associados às precárias condições sanitárias. A tuberculose foi causa anexa acerca de 14% dos óbitos por AIDS, entre 2002 e 2005.

Com base nas informações obtidas no Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM (2007), as principais iniciativas do Governo Federal em relação às Metas do ODM-6, são:

a) Programa DST/AIDS;

b) Programa Nacional de Controle da Malária – PNCM;
c) Programa Nacional de Controle da Tuberculose;
d) Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase;
e) Pensão aos atingidos pela Hanseníase.

Para avaliar as metas 7 “até 2015, ter detido a propagação do HIV/AIDS e começado a inverter a tendência atual” e 8 “até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual” do ODM-6 – Combater o HIV/AIDS, a Malária e Outras Doenças, o Governo Federal utiliza, além daqueles determinados pelas Nações Unidas e que podem ser acompanhados pela Tabela 1, outros indicadores segundo o Relatório dos ODM (2007), que serão elencados a seguir:

> Indicadores Brasileiros da Meta 7:
> A. taxa de incidência de AIDS, segundo região de residência por ano de diagnóstico (dados do MS/SVS/PN DST-AIDS 1995 a 2005).
> B. prevalência da infecção do HIV entre a população entre 15 e 49 anos, por sexo (dados do PN DST-AIDS 2004).
> C. taxa de mortalidade por AIDS segundo região de residência por ano do óbito (dados do MS/SVS/PN DST-AIDS 1995 a 2005).
>
> Indicadores Brasileiros da Meta 8:
> A. número de casos de Malária na Amazônia Legal (dados SIVEP-Malária/SVS/MS).
> B. incidência e taxa de incidência de tuberculose (de todas as formas, pulmonar e pulmonar bacilfera), por ano de notificação (dados SINSN-TB/SVS/MS, 2000 a 2005).

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA UPU

A Assessoria de Relações Internacionais – ARINT da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT informou que, no âmbito postal internacional, a Estratégia Postal de Bucareste para o período 2005-2008, em seu objetivo 4 (Reforma Postal e Desenvolvimento Sustentado) – Programa 3 (Proteção ambiental e Desenvolvimento Sustentado), bem como por meio de seu Grupo de Ação de Cooperação ao Desenvolvimento, oficializa o compromisso das empresas postais, membros da UPU de atingir os Objetivos e as Metas do Milênio.

Segundo a ARINT, a UPU está convencida de que cada país em

desenvolvimento deve incluir a Reforma do Setor Postal em seu Plano de Desenvolvimento Estratégico Nacional como forma de atingir tais objetivos e metas.

No grupo de especialistas das Nações Unidas, envolvidos no projeto “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, foram criados grupos de trabalho voltados para temas relativos à pobreza, ao desenvolvimento econômico e à ciência, bem como às novas tecnologias. É missão destes grupos dedicarem-se às atividades humanas diretamente impactadas pelos serviços postais.

Na condição de serviços de infra-estrutura básica, os Correios podem facilitar muito o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio via seus programas e iniciativas institucionais.

Os serviços postais possibilitam – ou possibilitarão, em curto prazo – o acesso de todos os habitantes (inclusive daqueles que vivem em situação de extrema pobreza) aos meios de comunicação física e digital, bem como aos serviços financeiros.

Para a ARINT, devido a sua presença em todos os pontos do planeta, os serviços postais eficazes contribuem para a inclusão digital e fomentam os intercâmbios locais e internacionais ao disponibilizar à toda a população e principalmente às camadas mais desapoiadas, que dificilmente terão acesso a outros meios de transporte e de distribuição, facilidades e/ou orientações médicas, bem como a distribuição de livros didáticos, além de levar, em parceria com outros agentes públicos ou privados, comunidades a se organizarem em cooperativas de produção.

3.3.1 A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Nesta seção será apresentado o histórico institucional da ECT, disponibilizado pela própria empresa, a estrutura organizacional, sua funcionalidade, missão, visão e valores.

3.3.1.1 Histórico Institucional

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tornou-se uma instituição de renome, de grande porte, visada em âmbito nacional e internacional, graças à qualidade no desempenho da sua prestação de serviços.

Para tanto, será feito a partir deste parágrafo um resgate histórico da instituição.

A história dos serviços postais brasileiros inicia-se no ano de 1500 com o Descobrimento do Brasil, quando Pero Vaz de Caminha envia a primeira carta ao Rei de Portugal para informar-lhe da descoberta deste território.

O fato de o Brasil tornar-se colônia de Portugal fez com que houvesse a necessidade de implantar de fato estes serviços, pelo fluxo de informações trocadas entre Brasil e Portugal.

No período da chamada Revolução de 30, o Brasil passou por várias transformações sociais, econômicas, políticas e administrativas, o que atingiu visivelmente o setor postal.

Contudo, percebeu-se a importância da reestruturação do sistema, prospectando uma prestação de serviços mais organizada, com melhorias em suas técnicas e nos meios de comunicação.

Foi então que, em 1931, com um decreto do presidente Getúlio Vargas, fundiu-se a Direção-Geral dos Correios e Telégrafos com a Repartição-Geral dos Telégrafos, dando origem ao DCT - Departamento dos Correios e Telégrafos, subordinado ao Ministério das Obras Públicas e mais tarde, ao Ministério das Comunicações.

Em 20 de março de 1969, pela Lei nº 509, foi criada a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ainda vinculada ao Ministério das Comunicações, com o objetivo de aprimorar seus serviços.

Atualmente, a ECT conta com 108 mil empregados, 12 mil agências, consolidando-se como uma empresa bem estruturada, que oferece seus serviços em todo o território nacional e internacional, atendendo de maneira global as mudanças exigidas pelo mercado, diminuindo as distâncias entre seus clientes e contribuindo para um pleno crescimento do país.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tem como Missão: “Facilitar as relações pessoais e empresariais mediante a oferta de serviços de correios com ética, competitividade, lucratividade e responsabilidade social”; como Visão: “Ser

reconhecida pela excelência e inovação na prestação de serviços de correios"; e, como Valores: "Satisfação dos clientes, respeito aos seus empregados, ética nos relacionamentos, competência profissional, compromisso com as diretrizes governamentais, responsabilidade social e excelência empresarial".

Com relação a sua estrutura, pode ser visualizado pelo Organograma da Empresa na figura nº 01 e pelo Organograma da Diretoria Regional de Santa Catarina (DR/SC) na figura nº 02, a ECT, subordinada ao Ministério das Comunicações, é composta por uma Administração Central (AC) situada em Brasília/DF, divide-se pelo país em vinte e cinco Diretorias Regionais (DR's), que são encarregadas de executar, em âmbito regional, os serviços a cargo da empresa, sendo estas compostas por Assessorias, Gerências, Coordenadorias, Seções e Regiões Operacionais (REOP's), todas subordinadas às Unidades Operacionais.

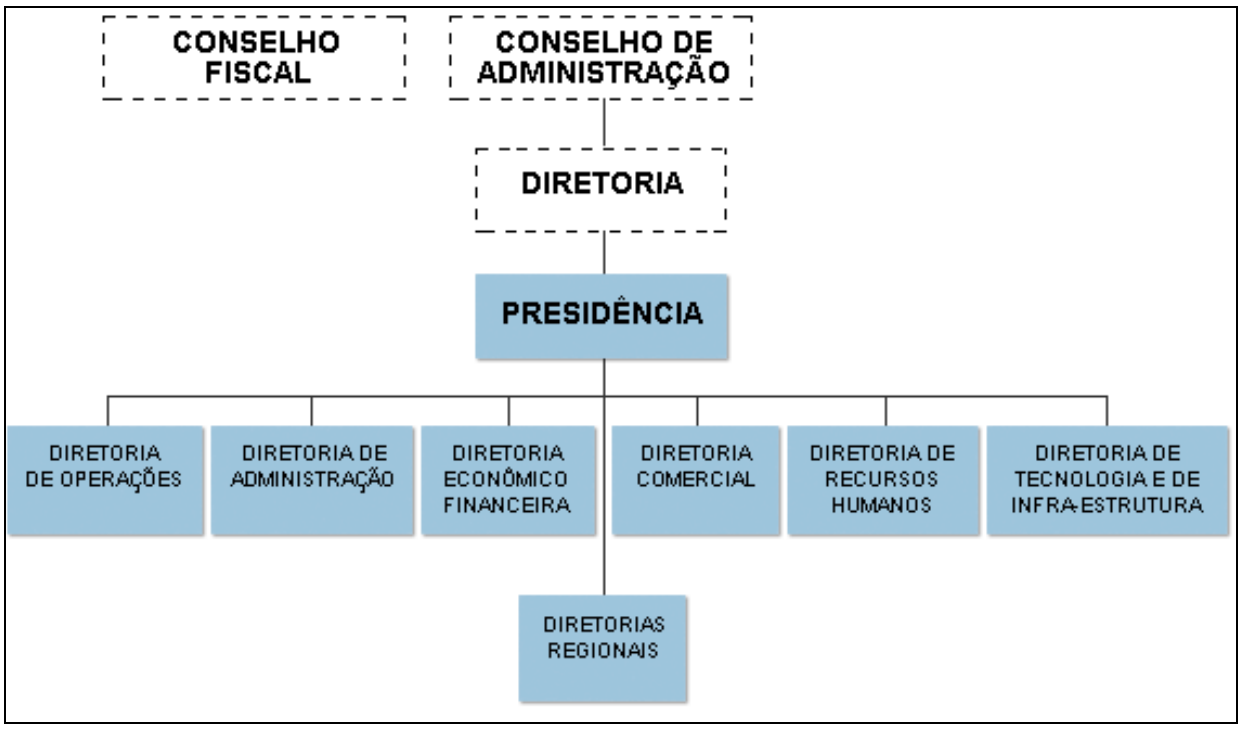


Figura 01 - Organograma da Empresa (ECT)
Fonte: Site dos Correios.[2]

Ver Anexo 1- Organograma da Diretoria Regional de Santa Catarina DR/SC).[3]

---

[2] Disponível em: <http://www.correios.com.br/institucional/conheca_correios/organograma.cfm>. Acesso em: 18/09/2007.
[3] Disponível em: <http://www.correios.com.br/institucional/conheca_correios/organograma.cfm>.

3.3.1.2 A Atuação da ECT

Em recente publicação elaborada pela Secretaria Internacional da UPU e disponibilizada pela ARINT informa que, sob o título “A contribuição da UPU para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, o Brasil, por meio dos Correios, é citado de forma elogiosa pelos programas que implementa.

A Empresa, segundo seus próprios informes, está rigorosamente comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pela ONU, replicados pela UPU e assumidos pelo Governo Brasileiro.

Segundo a publicação da UPU, aproximadamente 50 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza no Brasil. Neste sentido, a rede postal constitui uma infra-estrutura social de base, uma verdadeira plataforma, a partir da qual vários programas governamentais podem ser lançados para viabilizar a inclusão social, reforçar a segurança das pessoas e criar oportunidades para que elas possam se integrar melhor à vida econômica.

Programas como o Banco Postal oferecem novos serviços financeiros a cerca de 45 milhões de pessoas sem acesso ao sistema bancário. Desta forma, os habitantes de regiões isoladas (particularmente as pessoas idosas), que antes precisavam deslocar-se, por vezes, cerca de 200 km até a localidade mais próxima para retirar a pensão, recebem hoje o pagamento em sua conta de poupança postal.

A publicação ainda diz que, no campo da Educação, a contribuição social dos Correios é decisiva, uma vez que a gigantesca malha de distribuição é colocada a serviço da entrega de livros didáticos aos alunos das escolas públicas, em parceria com a FNDE (Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Registra-se, também, a parceria com a Ação Governamental de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes, no momento, com atuação em Minas Gerais. O Programa de Aleitamento Materno é outra iniciativa com vários anos de êxito. Iniciado em 1996 no Estado do Ceará, é hoje operacionalizado em todo o Brasil. Cerca de 30 mil carteiros em ação por todo o País já conseguem identificar,

---

Acesso em: 18/09/2007

por ano, cerca de 3,5 milhões de mães que necessitam ser conscientizadas para a importância do aleitamento materno. O projeto Remédio em Casa foi estendido ao Distrito Federal e deve, brevemente, ser também implantado em outras importantes cidades brasileiras. Graças a este projeto, uma parcela significativa da população tem acesso rápido a medicamentos.

Para a ARINT, essas e outras iniciativas fazem dos Correios do Brasil – ECT, um referencial no cenário postal internacional, constituindo-se em exemplo destacado como correio moderno e sendo citado como modelo a ser adotado pelas organizações postais do mundo inteiro. Tudo isso sem abrir mão dos valores da fraternidade, da emancipação social e da solidariedade (ECT – ARINT, 2007).

3.4 A PARTICIPAÇÃO E INICIATIVAS DA ECT DR/SC

Com base nas informações disponibilizadas pela Empresa, nesta seção serão elencadas suas iniciativas e ações que refletem diretamente no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, em especial o ODM-6, que trata do Combate ao HIV/AIDS, a Malária e Outras Doenças e que é o objeto de estudo deste trabalho.

Em relação ao cumprimento dos ODM, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, representante brasileira na UPU, compromete-se firmemente, conforme já mencionado, pois a instituição acredita que não lhe compete apenas produzir bens e serviços à população, mas também buscar o bem estar social através da preocupação com o homem, o meio ambiente e a cultura.

A Diretoria Regional de Santa Catarina – que será citada como DR/SC – procura desenvolver atividades que buscam o cumprimento dos ODM em seu conjunto. Para tanto, realizam nesta diretoria ações nas diversas áreas de competência da empresa que possibilitam este alcance. A Seção de Integração juntamente com a Seção de Serviço Social, por exemplo, desenvolve campanhas de Prevenção e Combate às Drogas e Alcoolismo, denominado como Projeto Sele o Verde. Da mesma forma, outras gerências da DR/SC coordenam atividades para este fim, são elas, as campanhas de Proteção ao Meio-Ambiente, Aleitamento Materno, inclusive campanhas internas de incentivo aos colaboradores para atingir o

Ensino Básico e promoção da Igualdade entre os Sexos.

Na ECT/DR/SC os projetos, ações, programas e iniciativas para o cumprimento do ODM-6 são executados pela Gerência de Recursos Humanos - GEREC, mais precisamente pela Seção de Serviço Social que é coordenada por profissionais capacitados – os Assistentes Sociais.

Em empresas – como é o caso da ECT – o profissional será como um elo que liga a empresa a seu funcionário, sabendo atender as suas reivindicações dentro das necessidades e normas internas da instituição. Segundo Karsch (1998), "Na estrutura de poder da grande empresa, o departamento de serviço social se instala de acordo com a sua importância para as diretrizes administrativas".

Na ECT, o Serviço Social surgiu da reestruturação ocorrida na empresa, pela necessidade de qualificar ainda mais a área de Recursos Humanos. Os profissionais desta área, segundo a própria empresa, devem ter uma postura ética, buscando sempre suporte técnico para sua atuação, aperfeiçoando-se, tendo compromisso, conhecimento da empresa, participando, motivando e levando uma imagem positiva da mesma.

De acordo com Nascimento (2007)[4], as atividades do Serviço Social na ECT são desenvolvidas em níveis de macro e micro-atuação. A macro-atuação consiste na ação globalizada do profissional, junto a todos os segmentos da ECT. A micro-atuação coloca o Assistente Social desempenhando ações que correspondem às necessidades de cada região em sua particularidade. Terá o profissional operando em grupos ou individualmente, atendendo cada caso em especial.

O Serviço Social da DR/SC desempenha suas atividades em níveis de macro-atuação, especificamente com o Programa de Prevenção e Acompanhamento da AIDS e DST's. Este programa visa à prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's, no ambiente funcional e sócio-familiar, proporcionando acompanhamento médico-social aos colaboradores portadores dessas doenças.

As ações realizadas pelo Serviço Social da ECT são: a) Campanhas de prevenção abrangendo o público interno da empresa, bem como seus familiares, socializando informações pertinentes a estas doenças; b) Atendimento Psicossocial

---

[4] Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado pela Suyan Geraldo Nascimento em 2007 na cidade de Lages.

aos portadores do HIV, enfocando a importância dos cuidados individuais e a necessidade de impedir a proliferação do vírus, encaminhando os portadores para acompanhamento e tratamento na própria empresa e na comunidade; c) Redução da discriminação, que é conseqüência, na maioria das vezes, por falta de conhecimento sobre o assunto.

Como caracteriza Martins e Fernandes (2006), os projetos relativos a este tema específico – HIV/AIDS têm como objetivo promover campanhas educativas na ECT/DR/SC em datas como carnaval, dia dos namorados e o dia de luta contra a AIDS. Nesses eventos, são distribuídos panfletos explicativos e de conscientização, preservativos e cartazes em parceria com as Secretarias de Saúde Municipal e Estadual, bem como o desenvolvimento de palestras temáticas.

Serão levantadas, a partir deste parágrafo, segundo material disponibilizado pelo Serviço Social da Empresa, as iniciativas da ECT-DR/SC em relação ao ODM-6, referente aos anos de 2004 a 2006 para que sejam avaliadas estas ações e verificar se as mesmas e seus resultados permitem uma análise positiva quando comparadas aos anseios no alcance das metas dos ODM em âmbito nacional e conseqüentemente com repercussão mundial.

Segundo o Serviço Social da ECT, os projetos e campanhas promovidas pela ECT/DR/SC para a prevenção da AIDS e DST têm como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores e da sociedade, por meio da informação e, ainda, fortalecer a imagem da ECT como empresa cidadã.

No ano de 2004 foram realizadas as tradicionais campanhas de prevenção da AIDS. A primeira foi a campanha de pré-carnaval, com o slogan “Vista-se! Use sempre camisinha”, com o objetivo de conscientizar o público da importância do preservativo nas relações sexuais. Foram confeccionados leques alusivos ao carnaval com informações referentes ao tema AIDS. A segunda campanha, denominada “Amar é...”, teve como atividade a realização de palestras temáticas com o propósito de informar a população as formas de prevenção a AIDS e a data escolhida para este evento foi a comemoração do Dia dos Namorados. A terceira campanha, com o mesmo objetivo, foi realizada na semana do Dia Mundial de Luta Contra AIDS (1° de dezembro). Neste período foram desenvolvidas atividades sugestivas à prevenção da AIDS e DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) nas unidades da ECT da DR/SC.

Em 2005 também foram realizadas as campanhas de prevenção a AIDS. A

campanha de Pré-carnaval que é integrante do Programa Educação para uma vida saudável desenvolvido pela Equipe Técnica do Serviço Social da DR/SC teve como meta para este ano a divulgação de informações e a realização de atividades com enfoque preventivo, bem como desenvolver ações educativas atinentes à qualidade de vida. A comemoração do Dia dos Namorados também é uma data em que a ECT promove campanhas de prevenção a AIDS, com a exposição de cartazes explicativos e a distribuição de preservativos. Por ocasião do Dia Mundial de Luta Contra AIDS em 1° de dezembro, foram realizadas pela ECT, em sintonia com o Ministério da Saúde, algumas ações sócio-educativas, como o fornecimento de materiais informativos com ênfase na prevenção da AIDS e a distribuição de 2.000 preservativos.

Segundo o Serviço Social, com a contribuição da Secretaria municipal de Saúde de Florianópolis e o voluntário Jorge Damião Cunha - Agente de Saúde, foram distribuídos materiais informativos sobre o tema DST/HIV/AIDS. Realizaram-se também apresentações sobre o tema em questão com a entrega de preservativos, leques e *folders* explicativos. A abrangência destas ações teve um total de 3.577 pessoas.

Dando continuidade às atividades desenvolvidas nos anos anteriores, em 2006 a DR/SC manteve suas campanhas de prevenção contra a AIDS distribuindo materiais educativos e preservativos aos seus colaboradores. Para isso, contou com a contribuição da Secretaria de Saúde Municipal de Florianópolis e da FAÇA – Fundação Açoriana de Combate à AIDS.

Neste ano, as campanhas tiveram uma abrangência total de 3.134 pessoas e foram realizadas nas seguintes datas: carnaval, dia dos namorados e o dia de luta contra a AIDS - 1° de dezembro.

Desta forma, segundo o Serviço Social, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – DR/SC acredita que as atividades de prevenção à AIDS são de extrema importância considerando a gravidade do problema gerado pelo aumento incessante do número de casos de HIV/AIDS no país e no mundo e que nenhum segmento social se revela imune à propagação dessa moléstia.

Vale recomendar para esta seção, a importância de a ECT/DR/SC realizar atividades para o cumprimento dos ODM que ainda não tenham sido acolhidos por esta unidade, e que estas apresentam tamanha relevância quanto às ações desenvolvidas para o alcance do ODM-6, foco deste estudo.

3.4.1 Os Resultados

Como forma de apresentação dos resultados obtidos com as campanhas de prevenção à AIDS da ECT/DR/SC nos anos de 2004 a 2006, o quadro 1 contemplará os dados referentes a estas atividades.

Quadro 1 – Resultados das Campanhas Prevenção AIDS – ECT/DR/SC

Ano	**N° do efetivo atingido**	**Preservativos**	***Folders***	**Leques**	**Cartazes**	**Jornais informativos**
2004	3.594	5.000	4.000	1.000	50	0
2005	3.577	3.300	3.500	3.700	0	0
2006	3.134	1.800	5.000	0	100	150

Fonte: Elaboração da autora[5]

Pode-se observar no quadro 1 que o número de indivíduos atingido com as campanhas realizadas pela ECT/DR/SC nos anos de 2004 a 2006 diminuiu. Neste sentido, como exemplo, os números relacionados aos materiais distribuídos, como são mencionados os preservativos, tiveram uma redução significativa.

No ano de 2004, segundo o Serviço Social (2007), para apurar o grau de satisfação dos participantes e a amplitude das campanhas desenvolvidas nesta temática (AIDS), em especial a Campanha “Amar é...” – Mês dos Namorados, foi realizada uma avaliação dentro da empresa com o envolvimento de 83 colaboradores.

Em decorrência desta avaliação, a empresa pôde identificar a importância da continuidade destas campanhas e o seu reflexo na sociedade.

Disponibilizada pela ECT/DR/SC, a avaliação da Campanha “Amar é...” teve como conseqüência as seguintes conclusões sobre suas ações, segundo as

[5] Serviço social da ECT/DR/SC – Dados secundários.

opiniões e justificativas dos seus colaboradores:

a) As campanhas são muito significativas, pois ampliam os conhecimentos sobre o tema, esclarecem dúvidas e orientam para a prevenção.
b) O conteúdo das atividades é muito bem explicado, o material acessível e os palestrantes têm domínio do assunto. É importante e necessária a orientação para que todos aprendam a fazer a prevenção.
c) Consideram muito importante a continuidade das campanhas, pois elas permitem uma melhor avaliação da realidade em que estão vivendo.

Cientificamente não se pode afirmar que estes dados afetam diretamente no alcance das metas estipuladas pela ONU para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em especial o ODM-6, que se trata do Combate ao HIV/AIDS, a malária e outras doenças.

Porém, o desenvolvimento destas ações pode contribuir, por exemplo, para o aumento do uso de preservativo nas relações sexuais. Isto permitirá ponderar uma elevação do número de pessoas que se protege contra a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.

De forma indireta, aceita-se que as iniciativas da ECT/DR/SC contribuem para, de maneira colaborativa, alcançar as metas dos ODM, especificamente o ODM-6. Isto porque, em virtude de tais atividades desempenharem um papel fundamental de conscientização do público atingido, esta abrangência pode ser sim, uma ação inicial relevante para o êxito do conjunto das mesmas em âmbito nacional, por exemplo.

Em função de a empresa desenvolver atividades de cunho preventivo, todas as informações obtidas não são suficientes para analisar o impacto que as ações da ECT/DR/SC exercem, de forma direta, no alcance do ODM-6.

Analisou-se também a inexistência de atividades relacionadas ao combate da malária, pois, neste caso, a região delimitada para o estudo não apresenta dados em que ocorra esta situação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar um estudo que identificasse as ações executadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, da Diretoria Regional de Santa Catarina – DR/SC, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, em especial o ODM-6, ao qual compete "Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças".

A ECT, que atualmente conta com 108 mil empregados, 12 mil agências, consolidando-se como uma empresa bem estruturada, que oferece seus serviços em todo o território nacional e internacional, atendendo de maneira global as mudanças exigidas pelo mercado, diminuindo as distâncias entre seus clientes e contribuindo para um pleno crescimento do país, que tem como Missão: "Facilitar as relações pessoais e empresariais mediante a oferta de serviços de correios com ética, competitividade, lucratividade e responsabilidade social"; como Visão: "Ser reconhecida pela excelência e inovação na prestação de serviços de correios"; e, como Valores: "Satisfação dos clientes, respeito aos seus empregados, ética nos relacionamentos, competência profissional, compromisso com as diretrizes governamentais, responsabilidade social e excelência empresarial", afirma estar comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pela ONU, objetados pela UPU e assumidos pelo Governo Brasileiro.

Com estas informações, este estudo proporcionou uma análise das atividades desenvolvidas pela empresa nos anos de 2004 a 2006 que permitiram o alcance dos objetivos definidos para este trabalho.

No que diz respeito ao objetivo específico de verificar o papel das Organizações Internacionais no desenvolvimento mundial, com ênfase no sistema das Nações Unidas, observou-se a finalidade indiscutível destas OI de buscar interesses comuns, por meio da cooperação de seus membros. Estas organizações foram pela ONU, segmentadas em Agências Especializadas que desenvolvem atividades de acordo com a sua área de atuação, ou seja, compreendem seus esforços mediante seus propósitos, seja no âmbito social, econômico, de comunicação, ou para fins específicos. Neste contexto, isso pôde ser verificado no presente estudo pelo sucesso da atuação da União Postal Universal.

Em resposta ao objetivo específico de compreender a relação da ECT com a União Postal Universal, pode-se entender que a empresa (mediante a ARINT – departamento que coordena os assuntos e as atividades de cunho internacional dentro da empresa), representa o Brasil em âmbito internacional, tem papel funcional na UPU e reúne-se periodicamente para debater assuntos relevantes e atuais dentro de sua área geográfica de atuação.

Em relação ao objetivo de verificar as atividades da ECT que possibilitam executar ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, observou-se que, para a empresa, a consolidação desses objetivos se dá por meio da efetivação de ações específicas de combate a pobreza, associadas à implementação de outras correspondentes, como aquelas relacionadas à saúde, ao saneamento, à educação, à promoção da igualdade de gênero e ao meio ambiente. Considera-se ainda que, na condição de serviços de infra-estrutura básica, os Correios (ECT) podem facilitar muito o cumprimento dos ODM via seus programas e iniciativas institucionais, como por exemplo, o acesso de todos os habitantes (inclusive daqueles que vivem em situação de extrema pobreza) aos meios de comunicação física e digital, bem como aos serviços financeiros, neste caso programas como o Banco Postal oferecem novos serviços financeiros a cerca de 45 milhões de pessoas sem acesso ao sistema bancário (os habitantes de regiões isoladas e pessoas idosas, em especial).

No que diz respeito ao objetivo de identificar as ações da ECT/DR/SC no cumprimento do ODM-6, constatou-se que a empresa realiza atividades que possibilitam e cooperam com o alcance do ODM-6. São desenvolvidas pela ECT/DR/SC campanhas educativas em datas como Carnaval, Dia dos Namorados e o Dia de Luta contra a AIDS. Nesses eventos são distribuídos panfletos explicativos e de conscientização, preservativos e cartazes em parceria com as Secretarias de Saúde Municipal e Estadual, bem como o desenvolvimento de palestras temáticas. Estes projetos e campanhas promovidas têm como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores e da sociedade, por meio da informação.

Destarte, conclui-se que o objetivo de identificar ações executadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos da Diretoria Regional de Santa Catarina

para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-6 definidos pela ONU foi obtido com sucesso no presente trabalho.

As Nações Unidas, por meio de seus Fundos, Agências (como é o caso da UPU) e Programas, como exemplo os ODM, enfrentam com entusiasmo a perspectiva de acompanhar e apoiar a sociedade brasileira neste empenho, colocando toda a sua capacidade técnica e conhecimento à disposição do país. Isto é verificável na manifestação e no sucesso das ações realizadas e alcançadas com êxito para o cumprimento dos ODM, em especial, neste estudo, o ODM-6.

Pode-se concluir ainda que os Objetivos de desenvolvimento do milênio apresentam grande importância, tanto no que diz respeito ao engajamento das nações na busca pelo desenvolvimento conjunto e contínuo, quanto nas atividades realizadas por todos os organismos envolvidos para o alcance de suas metas.

Por apresentar como finalidade converter em prioridade determinados assuntos que ainda são um desafio na vida diária de diversas pessoas, os ODM, mediante a iniciativa da uma instituição das proporções da ONU, ações de organismos como a UPU, desmembrando-se em atividades desenvolvidas por organizações como a ECT, dentre outras instituições envolvidas, permitem, além de prosperar no cumprimento destas metas, em diminuir este abismo existente atualmente em âmbito mundial entre ricos e pobres.

Por fim, compreende-se então, a relevância da atuação conjunta de todos estes organismos e da sociedade no sentido de promover o desenvolvimento, pois sem isto o mundo terá dificuldades em atenuar os contrastes econômicos, políticos, sociais e culturais pelos quais vivenciamos.

4.1 RECOMENDAÇÕES

Como proposta para trabalhos futuros, recomenda-se uma abrangência dos demais Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que apresentam relevância nas mesmas proporções das do ODM-6.

Recomenda-se, ainda, para a empresa estudada, a ECT/DR/SC, que sejam realizadas, além de ações com foco preventivo, atividades com o objetivo de detectar os casos de HIV e atuar de forma a acompanhar e tratar estes indivíduos.

Além disto, é importante que a ECT desenvolva metodologia para a verificação da efetividade de suas ações, o que pode ser feito em conjunto com a própria Unisul, que já possui contribuições significativas no campo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO: Disponível em: <http://www.anacom.com.br>. Acesso em: 07 mai. 2007.

ARAUJO, Luis Ivani de Amorim. **Das Organizações Internacionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ARINT – Assessoria de Relações Internacionais da ECT. Comunicado ARINT "Conhecendo a União Postal Universal". Brasília, 05 mai. 2007.

Benefícios do Marketing Social: Um estudo de caso. Mariângela Kretzer Martins e Marlene Fernandes. 2006. Disponível em: <www.latec.com.br/Eventos/Congressos/GNEG/IIICNEG/tabid/238/default.aspx#anais>. Acesso em: 19 ago. 2007.

CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Disponível em: <http://www.cgee.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2007.

DIEZ DE VLASCO, Manuel. **Las Organizaciones Internacionales**. 11. ed. Madrid: Tecnos, 1999.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Disponível em: <http://www.correios.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2007.

Gerência de Recursos Humanos – GEREC. Disponível em: <http://www.intranetectsc>. Acesso em: 17 set. 2007.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

KARSH, Úrsula M. Simon. O Serviço Social na Era dos Serviços. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

HERZ, Monica. **Organizações Internacionais**: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Seminário Preparatório da Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação. Cooperação Internacional em ciência e tecnologia. Instituto de Relações Internacionais - PUC/RIO. 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES: Disponível em: <http://www.mc.gov.br>. Acesso em: 07 mai. 2007.

NASCIMENTO, Suyan Geraldo do. Diagnóstico Institucional ECT. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Serviço Social). UNIPLAC, Lages, 2007.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do Brasil. Disponível em: <http//:www.odmbrasil.com.br>. Acesso em: 03 out. 2007.

O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio. Volume II. Avanços e Desafios. Instituto Ethos. São Paulo, jun. 2006.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TGC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945.

Pedagogia em Foco. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per09a.htm>. Acesso em: 27 nov. 2007.

PORTAL JURÍDICO DIREITONET. Disponível em <http://www.direitonet.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 10 abr. 2007.

Rauen, Fábio José. Roteiros de investigação científica. Tubarão: Editora Unisul, 2002.

Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Presidência da República. Brasil, set. 2007.

Ruiz, João Álvaro. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 5. Ed. São Paulo: atlas, 2002.

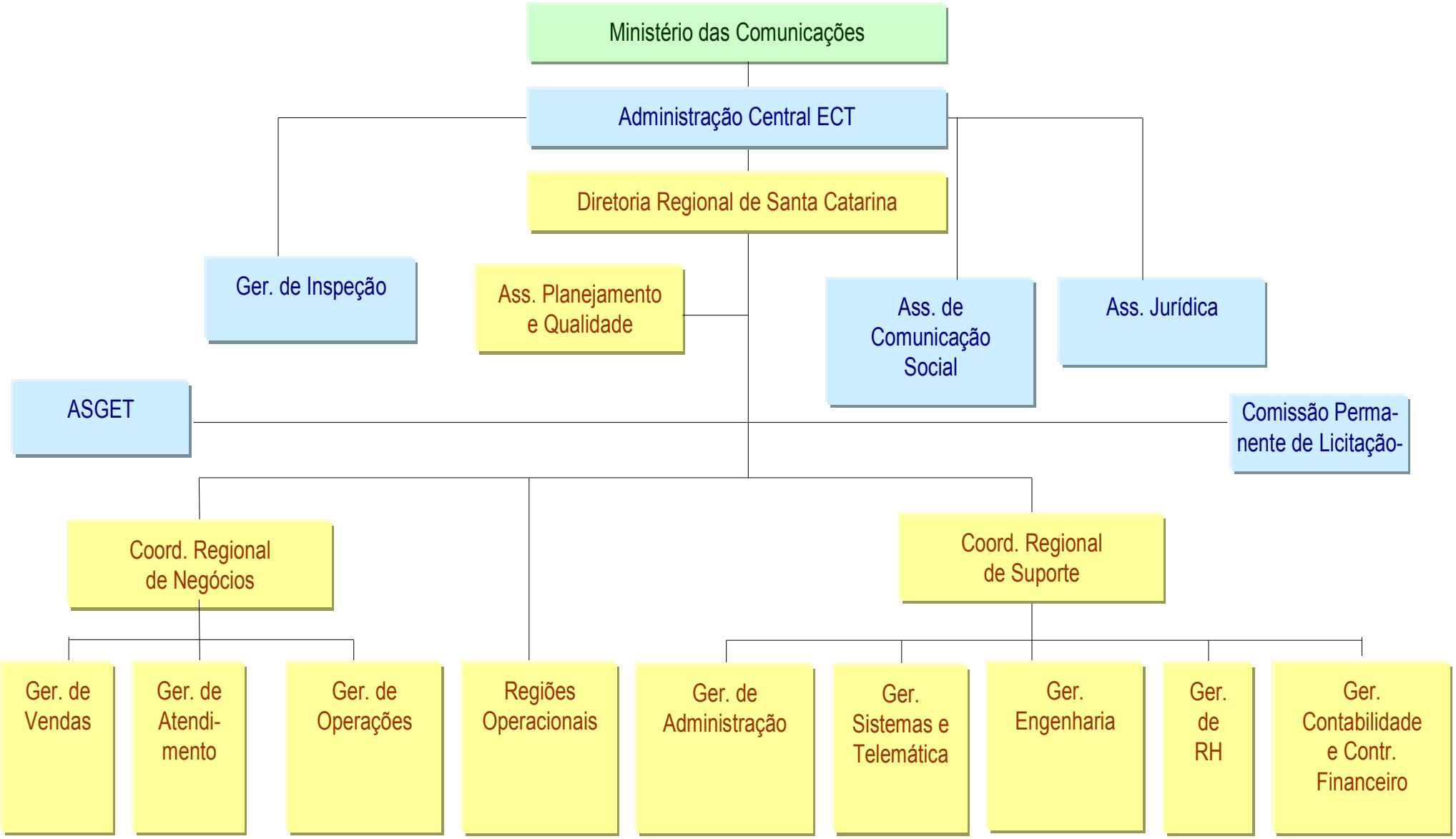
SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais.** 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. São Paulo: Atlas. 1987.

UNIVERSAL POSTAL UNION. Disponível em: <http://www.upu.int>. Acesso em 10 abr. 2007.

VIENA. Constituição (1964). **Constituição da União Postal Universal**. Decreto-Lei nº. 47597.

ANEXO(S)

ANEXO A – Estrutura da DR/SC

Estrutura da DR/SC